

# A SEMANA na África

## Clipping sobre PALOP e África Austral

De 06 a 12 de setembro de 1992 - nº 54

### ANGOLA: Novos confrontos em Huambo e Bié.

O início oficial da campanha eleitoral foi marcado pela violência, entre o MPLA e a UNITA, no Huambo e no Bié, que resultou na morte de 3 pessoas e ferimentos em outras 17. Em todo o país subsiste ainda, por parte dos dois exércitos partidários, um espírito de "zona controlada", que leva os seus adeptos a tentarem impedir a penetração de membros do movimento opositor mesmo durante o processo de campanha. Os incidentes desta vez apresentaram maior gravidade em decorrência da mobilização militar, o que determinou o deslocamento de uma missão da CCPM até Huambo e, posteriormente, ac Bié. O resultado das avaliações da CCPM condenou tanto o MPLA quanto a UNITA pelos acontecimentos. Segundo os observadores da CCPM nos dois incidentes ocorreram insultos por parte de militantes do MPLA que foram respondidos à bala por elementos armados da UNITA.

Os dois partidos envolvidos criticaram a resolução da comissão especial da CCPM, ocasionando um maior afastamento das cúpulas desses partidos em relação à comissão, fato que tende a aumentar paralelamente ao acirramento da disputa eleitoral, que tem dificultado a neutralidade da CCPM. Todavia, os incidentes poderão resultar num processo de moderação de ambas as partes devido a provável realização, de uma reunião com os observadores do acordo de Bicesse que temem um crescimento da onda de violência e do encontro entre José Eduardo e Jonas Savimbi.

O maior temor dos analistas presentes no terreno continua a ser a existência de dois exércitos partidários com grande quantidade de armamento pesado ao seu alcance. As novas forças armadas angolanas possuem 4 mil combatentes, que mesmo assim são problemáticos do ponto de vista da coesão de um corpo militar, já que o líder da UNITA afirmou que os apoiantes do seu partido fazendo ou não parte do FAA nunca stacariam à Cabinda. Esta afirmação causou grande mal-estar nos comandantes da

FAA, pois atropelou suas figuras e desnudou uma divisão no seio das Forças Armadas. A presença dos observadores de Portugal, EUA e Rússia será de grande importância nesta fase "quente" do processo eleitoral. A ação conjunta dos três observadores, certamente, será direcionada para a realização do encontro entre Savimbi e José Eduardo. Ambos afastavam-se dessa idéia em decorrência das acusações mútuas levantadas na campanha, mas os acontecimentos de Huambo e Bié deverão ser fortes o bastante para alterar esta postura.

A UNJTA terminou a sua convenção sem explicitar claramente se haverá grande mudança na plataforma de governo ou na própria estratégia eleitoral, aproveitou a oportunidade para: saudar os FALA e as FAPLA por honrarem o compromisso da paz, reiterar o compromisso da UNITA na formação de um exército único, e defender a formação de um governo de União Nacional, seja quem for o vencedor das eleições de setembro. Como havíamos ressaltado anteriormente, esta idéia de União Nacional abre espaço para a realização de novas alianças. Savimbi atrasou sua entrada na reta final da campanha propositadamente, mas parece não apresentar nenhum trunfo novo. MB (p.02 a 09)

### NESTA EDIÇÃO:

---

FLEC denuncia planos da UNITA  
p.02

---

Novas acusações contra a UNITA  
p.07

---

Roteiro básico dos Partidos  
concorrentes (Angola)  
p.08

---

Absolvição de Sebastião Mabote  
em Moçambique  
p.10

**Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS - CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.**

**Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza, Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622**

**R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.**

#### MOÇAMBIQUE: Atraso no cronograma do cessar-fogo.

Parece difícil o cumprimento do cronograma de negociações acertado na reunião entre o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, em 7 de agosto, que previa a definição das questões militares até 10 de outubro, quando seria assinado um cessar-fogo. As delegações em Roma, todavia, foram incapazes de realizar um avanço realmente significativo no processo de negociações, que encontra-se "perigosamente atrasado", nas palavras do chefe da delegação do governo, o poderoso ministro Armando Guebuza; no seu entender, este atraso pode ter sérios desdobramentos, uma vez que o não cumprimento do cronograma poderia pôr em questão todo o arranjo de 7 de agosto. Dois pontos ainda parecem de difícil resolução: a contribuição de cada uma das forças ao contingente das novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, e a situação do serviço de informações, o antigo Serviço Nacional de Segurança Popular, recentemente rebatizado Serviço de Informações e Segurança do Estado.

O articulista do Público Jorge Heitor atribui este atraso, em grande parte, à inexistência de um Estado que atue como mediador, à proliferação de mediadores e à "sua articulação nem sempre muito fácil com os observadores". Trocando em miúdos, Jorge Heitor expressa a frustração portuguesa pelo fato de Portugal não ser o mediador das negociações moçambicanas, e que reforçaria não só a posição de Portugal em Moçambique como também no próprio cenário internacional. Porém, é inegável que o processo de negociação da paz em Moçambique precisa ser acelerado.

FN

#### GUINÉ-BISSAU: Agitação entre os militares

A primeira semana de setembro foi marcada por uma carta aberta ao ministro da Defesa, assinada por 81 militares, onde é pedida a abertura de um diálogo visando obter soluções para os problemas que atingem as Forças Armadas do país — nomeadamente incapacidade de abastecimento, problemas com promoções (envolvendo um conflito latente entre a jovem oficialidade e a "velha guarda" guerrilheira) e o impressionante número de deserções.

A resposta do governo foi imediata: Samba Mané, ministro da Defesa a quem a carta foi endereçada, atribuiu à oposição a responsabilidade pela manifestação, notando "intenção política" nos depoimentos dos promotores da iniciativa. Ele afirma que a carta carece de sentido, uma vez que o governo teria já tomado as providências necessárias para debelar a crise, através de uma reestruturação das Forças Armadas, que contariam ademais com uma verba suplementar.

Apesar destas declarações de Samba Mané, José António Silva, correspondente do Público em Bissau, traça um retrato sombrio da atual situação da corporação militar no país de Amílcar Cabral. FN

#### ÁFRICA DO SUL: Bantustões, um grave problema para o futuro das negociações.

O abominável massacre autorizado pelo ditador do bantustão de Ciskei, Oupa Gqozo (que tomou o poder com um golpe em 1990), não só aumentou o número de mortos e feridos anônimos na luta contra as reminiscências das estruturas do apartheid.

Na verdade, a frente contra o governo ditatorial de Gqozo representa a luta pela reincorporação dos bantustões, criados a partir da década de 60, que dividem e mantêm como estrangeiros as diversas etnias negras do país. Como territórios pseudo-independentes e com o ocorrido em Ciskei, demonstram que se constituirão em pontos de apoio à tese da atual minoria branca no poder que é a favor de um futuro sistema federado de governo e, por outro lado, serão fortes entraves à proposta do ANC que busca a implantação de um Estado nacional unitário com um forte poder central. Os bantustões, assim, fomentados como um dos sustentáculos da política de apartheid, terão um grande peso sobre as estratégias de luta na África do Sul.

(p. 12)

EB

# O continente faminto

REPORTAGEM DE JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA

O drama da Somália é o mais recente «alvo vermelho» sobre o flagelo da fome em África. Em todo o mundo, as perdas humanas que ela provoca equivalem aos efeitos de uma bomba atómica lançada de três em três dias em zonas densamente povoadas. As soluções necessárias continuam porém a ser adiadas por uma comunidade internacional ocupada com as lutas de poder e travada pelas malhas das guerras e secas que cobrem os países afectados.

## Questão secundária

O FLAGELO da fome em África está novamente a horrorizar as sociedades prósperas do hemisfério Norte. As implacáveis imagens televisivas do drama somali provocam uma enxurrada de declarações oficiais, mas para os governos ocidentais o problema é relativo: é a matança na ex-Jugoslávia que justifica uma grande conferência na capital britânica e são as tropelias de Saddam Hussein com os xiitas iraquianos que motivam Washington, Londres e Paris a, uma vez mais, voltarem a mobilizar-se militarmente.

Longe de ficarem indiferentes, diversos países continuam porém a reagir por sua própria iniciativa, enviando alimentos de emergência para a região ou financiando as acções dos organismos humanitários. Simultaneamente, o secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, propôs esta semana ao Conselho de Segurança «um programa global de acção», envolvendo um contingente de 3500 capacetes azuis, para distribuir sob escolta os auxílios enviados e para assegurar o cessar-fogo entre as facções guerrilheiras somalis.

Mas, uma resposta articulada e eficaz da comunidade internacional (como aquela que se procura encontrar na guerra da Bósnia-Herzegovina) é, por surgir e, na sua ausência, ressuscita-se outra vez o tradicional debate sobre a ajuda ao Desenvolvimento e sobre os contrastes entre o mundo industrializado e o subdesenvolvido.

As setes terceiristas insistem em provar que a fome que «envergonha» a História neste final de século resulta, acima de tudo, de um problema político-económico de Desenvolvimento e de distribuição de riqueza. E apresentam números ilustrativos: enquanto nos países subdesenvolvidos, segundo a FAO e a OMS, 780 milhões de pessoas padecem de má-nutrição, só nos Estados Unidos gastam-se anualmente 5 mil milhões de dólares em alimentos dietéticos para combater o excesso de calorias.

E, quando recordam que no último relatório do Banco Mundial são listados 2 mil milhões de indivíduos a viver abaixo da linha de pobreza — ou seja, com um dólar por dia — os políticos dos países ricos salientam o facto de, em cada dez crianças, nove nascerem no Terceiro Mundo. Querem com isto provar que, sem um programa rígido de planeamento familiar, não é possível eliminar a miséria.

Ainda em Junho último, no Rio de Janeiro, a Conferência da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento foi palco desta controvérsia. O que não impediu, no entanto, que mais de 100 Presidentes, Reis e primeiros-ministros assinassem um documento que promove a erradicação da pobreza ao «estatuto de requisito indispensável para um Desenvolvimento sustentável» do planeta.

Nos discursos proferidos no plenário da Conferência, políticos como Major, Kohl, González e Mitterrand fizeram questão de criticar a opulência e o esbanjamento do Norte (seus países incluídos) e associaram a fome à destruição ambiental. Mas, apesar de enfatizarem a importância da ajuda ao Desenvolvimento, a maioria dos países ricos considerou excessiva a factura anual de 125 mil milhões de dólares, a quantia necessária para promover o tal «desenvolvimento sustentado» na parte Sul da Terra.

Dois meses depois, a situação desesperada da Somália vem provar a validade do descontentamento então manifestado pelas delegações do Sul face à ausência de medidas concretas nos documentos finais da ECO-92.

Mostra também que foi gorada a nova estratégia do Terceiro Mundo: a ecologia ainda não é um pretexto que permita inverter a tendência das nações industrializadas privilegiarem a assistência técnico-financeira aos países ex-comunistas do Leste europeu. Por exemplo, a busca de uma solução para o «exército» de famintos africanos voltou a estar excluída da agenda da reunião dos ministros das Finanças do G7, que decorreu em Paris, mas o reescalamento da dívida da ex-URSS foi um dos assuntos mais debatidos no encontro.

Ao remeter, por sucessivas vezes, o problema da fome para uma «prioridade de segundo nível», a comunidade internacional continua a definir os seus eixos principais de acção em função de critérios alheios ao do número de vidas humanas em jogo.

Mas, mesmo assim, uma nova e ambiciosa ofensiva encontra-se já na forja e, em Roma, uma reunião interministerial de 170 países, entre 5 e 11 de Dezembro, tentará estabelecer as bases de uma melhor distribuição de recursos e de uma declaração mundial contra a fome, acompanhada de um plano de acção global. Para muitos milhares de africanos, tarde de mais...

Sérgio Figueiredo

## Entregues à sua sorte

A ASSISTÊNCIA alimentar aos países africanos representa actualmente, por ano, mil milhões de dólares — cerca de 130 milhões de contos —, segundo dados de organismos internacionais. No entanto, esse auxílio não será suficiente para assegurar a sobrevivência a curto e médio prazo da maior parte das 35 milhões de pessoas que dele necessitam.

«O problema é particularmente grave na África subsariana, onde as disponibilidades alimentares caíram para um nível crítico», assinala um relatório da FAO e da OMS divulgado no fim-de-semana, em Genebra. Devido à seca prolongada que se tem feito sentir, cerca de 18 milhões de pessoas estão em perigo de vida e devem ser ajudadas com toda a urgência até ao fim do ano», advertem aqueles organismos.

O Corno de África é a região do continente mais castigada. Hoje é a Somália que define, mas a Etiópia, em meados da década passada — quando morreram entre dois e três milhões de pessoas —, no o Sudão, no ano passado, passaram pelo mesmo processo.

Na rota da fome, os valores estatísticos variam, mas os factores do problema são os mesmos e não parecem susceptíveis de ser alterados. Ao subdesenvolvimento estrutural de África, enraizado na dependência secular face à Europa, acenam-se os factores conjunturais e conjuncionais.

A crescente desertificação dos solos, decorrente da desflorestação ou de culturas intensivas, os tempos secos agrícolas, a seca, as guerras civis e o cortejo de refugiados conjugam-se para aumentar a fome no continente.

Espectro aos países ricos aumenta a disponibilidade de alimentos, e daí resultam as crises de abundância. A África é o único continente onde o aumento da produção agrícola (1 por cento) tem sido inferior ao crescimento da população (3 por cento).

Desde meados da década de 80, as condições económicas e sociais dos africanos «eterioraram-se», recorda Pérez de Cuellar, pouco tempo antes de abandonar o cargo de secretário-geral da ONU.

Alguns países tentando recuperar o strato económico, submeteram-se aos planos de ajustamento estrutural estimulados pelo Ocidente. Mas o saneamento da economia, quando teve lugar, foi feito com elevados custos sociais, que agravaram ainda mais a miséria.

Submissões da margem das negociações internacionais é o facto de as ajudas

externas a África terem decrescido, em termos reais, no quinquénio 1986-1991, de 24,5 mil milhões de dólares passaram para 23,3 mil milhões. Assim, os planos internacionais de auxílio, colocados em prática sob a égide da ONU logo após a mortandade de inícios da década passada, acobertaram.

Com a insuficiência dos planos de ajuda ao desenvolvimento e dos programas e projectos de ajuda alimentar delineados previamente, o auxílio alimentar de emergência — que subiu 50 por cento entre 1991 e o ano anterior — é a última tábua de salvação.

Na Somália, esse tipo de auxílio é a única esperança, a breve prazo, para 1,5 milhões de pessoas, mas a distribuição dos produtos pelos mais carenciados é uma tarefa difícil. Como em outros países, se a instabilidade ou o mau estado das vias de comunicação retardam o auxílio, as paliagens sobre as colunas humanitárias desviam-no muitas vezes das destinatários legítimos.

Em países em guerra, onde a fome ganha, a posse de alimentos pode ser lio ou mais valiosa do que o controlo militar de uma área, pois a médio prazo terá os seus frutos. Muitas vezes, o desvio é feito pelas próprias autoridades nacionais. Em Moçambique, o Governo reconheceu esta semana que ao país aumentou o desvio de donativos internacionais por parte de funcionários governamentais, alguns dos quais se encontraram detidos.

Pratizada nos últimos tempos pelos esportes e fluxos canalizados para os países socialistas, e condicionada pelo aprofundamento das economias ocidentais, a África não tem motivos para esperar o futuro com muito optimismo.

Se bem que os processos de paz em curso em países como Angola e, especialmente, em Moçambique, permitam alisar esperanças ao combater a fome, no Norte do continente há condicionamentos que potenciam fenómenos similares.

Os estados africanos da margem Sul do Mediterrâneo, mais a Turquia, terão 285 milhões de pessoas no ano 2025, contra os 170 milhões da actualidade. Só no Egipto, a população conta com mais um milhão de almas em cada nove meses. Região fortemente afectada pelo desemprego, onde as doenças grassam com mais facilidade, em especial a aids, com uma explosão demográfica em espiral — no começo do século XXI terá 32 por cento da população de planeta —, a África terá cada vez mais de saber contar apenas consigo própria.

Paulo Palácio

# Polícia eleitoral na forja

## após incidentes na campanha

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO 1982

António Malos,  
em Luanda

Os incidentes registados no fim-de-semana, no início da campanha, começaram ontem a ser analisados pela Comissão Conjunta Político-Militar, que para o efeito se deslocou ao Huambo. Entretanto, o Conselho Nacional Eleitoral estuda a criação de uma "polícia eleitoral" para garantir a segurança dos votos em 29 e 30 de Setembro.

O director-geral das eleições angolanas, Onofre dos Santos, defendeu ontem em Luanda a necessidade da criação de uma polícia eleitoral, com o objectivo de garantir "a inviolabilidade das urnas de voto" nas assembleias eleitorais que funcionarão nos dias 29 e 30 de Setembro.

Neste momento, "os métodos de recrutamento e a necessidade ou não de essa polícia set armada" são as principais questões a serem analisadas pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), onde estão representados os 18 partidos concorrentes às eleições legislativas.

"Apesar dos sinais de tensão nos primeiros dias da campanha, todos os esforços

devem orientar-se para a garantia da segurança dos votos nos dias das eleições", diz, por seu lado, um dos observadores do processo de paz com assento na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM).

Segundo este diplomata, "a dimensão do território e a dispersão dos eleitores obrigará à existência de um grande número de assembleias de voto e a um dispositivo policial que garanta a segurança dos votos nos dois dias do escrutínio". A desconfiança repetidamente manifestada pela UNITA em relação à polícia nacional obrigará, portanto, "à formação de uma polícia eleitoral".

A votação realizar-se-á, ao que tudo indica, num só dia em cada região e nos locais onde haja votação nos dois dias proceder-se-á a uma contagem dos votos na noite do dia 29. Nas províncias do Moxico (fronteira leste), Uíge (norte), Malange (norte) e Bié (centro), a CNE está a preparar, com o apoio das Nações Unidas, bases aéreas civis para transporte de pessoal e material para as assembleias de voto que funcionarão nas áreas de difícil acesso.

### Ainda a questão da Jamba

Uma das zonas consideradas de difícil acesso é a Jamba, onde durante os 16 anos de guerra civil funcionou o quartel-general da UNITA e onde se calcula tenham sido registados cerca de 15 mil eleitores. As divergências entre o partido no poder e a organização de Jonas Savimbi

relativamente àquela parcela do território — situada na fronteira sudeste de Angola, província do Kuando Kubango — mantêm-se, considerando o Governo que se trata de uma área onde não é permitida a livre circulação de pessoas e bens.

Recentemente, os dirigentes da Tendência de Reflexão Democrática, dissidentes da UNITA que concorrem às eleições legislativas coligados com o Fórum Democrático Angolano, afirmaram a sua intenção de realizar actividades de campanha eleitoral na Jamba. Mas as dúvidas sobre como decorrerá ali o processo eleitoral subsistem e o director-geral das eleições afirmou ser da competência do Governo e da CCPM a solução deste caso.

### Incidentes sob investigação

A CCPM deslocou-se, entretanto, ao Huambo, onde no passado fim de semana uma caravana de cerca de 50 viaturas da campanha eleitoral do MPLA foi alegadamente atacada por soldados das FALA (exército da UNITA), segundo Kundy Payama, director da campanha do partido no poder, que participava no desfile.

Na sequência dos incidentes, seis pessoas ficaram feridas e o jovem Eduardo Mandande, adepto do MPLA, morreu. O Governo provincial do Huambo decretou ontem tolerância de ponto por ocasião do seu funeral.

Ontem à tarde, no Huambo, a delegação de alto nível

da CCPM encontrava-se ainda reunida para analisar os elementos reunidos pela Comissão Mista de Verificação e Fiscalização que desde segunda-feira se encontra no local e na província vizinha do Bié.

A delegação da CCPM vai seguir hoje de manhã para esta província, onde confrontos entre militantes e militares da UNITA e do MPLA provocaram, sábado, um número ainda indeterminado de mortos e feridos. Os números são díspares, apontando um balanço provisório ontem divulgado pela Angop para seis mortos, embora se fale de quatro, sete e trinta — está última estimativa apresentada à CCPM pelas FAPLA (exército do Governo).

Em princípio, os elementos da CCPM poderão prestar esclarecimentos sobre os incidentes do Bié ao fim da tarde.

O início da campanha eleitoral ficou marcado por diversos confrontos, opondo elementos dos dois principais partidos. Para além dos já referidos — no município do Longonjo (Huambo) e na cidade de Kuito (capital da província do Bié) —, a imprensa oficial angolana atribui à UNITA a responsabilidade pela tensão criada noutras localidades.

Na comuna do Mungo (Huambo), militares das FALA terão cercado o edifício da administração e expulsos os respectivos ocupantes; na província do Kuanza Sul, a esquadra da polícia no município de Mussende e a sede do MPLA terão também sido ocupados por militantes da UNITA. ■

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO 1982

## FLEC denuncia planos da UNITA

"A UNITA dispõe de 1400 homens em armas preparados para intervir em Cabinda a partir do Zaire, caso perca as eleições angolanas, disse ao PÚBLICO uma fonte do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC (CSC/FLEC). A revelação surge na sequência de declarações de Francisco Peso Bambi, secretário-geral da organização, acusando a UNITA de ter elaborado "um plano cínico" para o caso de derrota eleitoral em Angola. Em entrevista ao número de Setembro da revista "Jeune Afrique Economie", Bambi assegura que "Jonas Savimbi e os seus homens" se instalariam em Cabinda,

a partir do Zaire, "para utilizar as reivindicações independentistas em seu proveito".

Em comunicado datado de Paris, onde se encontra sediado há três meses, preparando um regresso "em breve e em força" a Cabinda, Peso Bambi acusa, por outro lado, as autoridades angolanas de terem desencadeado ao longo do mês de Agosto uma política de "terra queimada" em Buco-Zau, Necuto e noutras três localidades do enclave, através da "décima quinta brigada do exército angolano", que terá prosseguido o recenseamento das populações, "por aqui um

recenseado apenas "alguns funcionários e militares angolanos, a maior parte nem originários nem residentes em Cabinda".

As facções armadas da guerrilha cabindense FLEC-FAC, de Nzita Tiago, e FLEC-Renovada, de Tibúrcio Luemba, mantinham entretanto, no início do mês, um total de pelo menos seis estrangeiros como reféns: o português José Martinho da Silva, funcionário da empresa sul-africana de construção Murray and Robert, rapto no passado dia 20 em Landana e cuja libertação continua a ser negociada pela embaixada

de Portugal no Zaire; dois são tomeneses que trabalham para uma firma angolana e para cuja libertação a FLEC-FAC exige um contacto do governo de S. Tomé ou da Cruz Vermelha Internacional; e quatro congolezes, da firma SVP, com sede em Ponta Negra, junto da fronteira com Cabinda.

A captura dos congolezes embarçou a guerrilha, dado o apoio que as autoridades daquele país sempre têm concedido à FLEC. Peso Bambi alega que os trabalhadores se identificaram inicialmente como originários da Cabinda e que só invocaram a nacionalidade congoleza depois de ter alcançado a base da guerrilha. Como prova da boa vontade dos independentistas em relação ao Congo,

Bambi lembra que um quarto trabalhador da SVP, que se identificou como congolês na altura da detenção, foi "imediatamente" libertado. ■ A.G.

António Matos  
em Luanda

Os observadores internacionais dos acordos de paz responsabilizaram a UNITA e o MPLA pelos incidentes dos primeiros dias da campanha eleitoral. Isto enquanto um outro braço-de-ferro entre as duas forças vem a caminho: o partido no poder pede o silêncio da emissora do partido de Jonas Savimbi.



Comício da UNITA em Luanda: falta um longo caminho até à tolerância democrática

**C**ontrariando todas as expectativas, a reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), prevista para ontem, em que seriam analisados os incidentes dos primeiros dias da campanha eleitoral, foi adiada.

Ao que o PÚBLICO apurou, a iniciativa do adiamento pertenceu à UNITA, desconhecendo-se as razões. Contudo, os observadores internacionais do processo de paz não esperaram pela opinião do Governo e da UNITA e emitiram um comunicado em que ambos são responsabilizados e onde se admite, implicitamente, a violação do cessar-fogo e de vários aspectos dos acordos de paz.

Sobre os incidentes ocorridos nas províncias do Bié (Kuito) e do Huambo (Longonjo), os observadores são taxativos: "Em ambos os casos registaram-se insultos por parte de simpatizantes do MPLA em frente das instalações da UNITA. Em ambos os casos elementos armados da UNITA tomaram posições fora das suas

instalações e realizaram disparos contra viaturas do MPLA".

O balanço final é de três mortos (dois militares do exército governamental e um civil) e 17 feridos (cinco dos quais civis) e conclui-se pela inexistência de indícios que revelem "a intenção da UNITA atentar contra a vida do governador Kundi Payama".

Ao reconhecer "a saída da área da localização, com destino à cidade (do Kuito), de uma força armada das FAPLA (exército governamental)" e ao dar por provado o facto de "elementos armados da UNITA terem tomado posições fora das suas instalações", neste comunicado reconhece-se implicitamente a violação do cessar-fogo — admite um dos observadores.

Para António Monteiro, embaixador português na CCPM, o que é porém mais importante é que "ficaram apurados os factos relevantes que puseram em causa os acordos e o processo". Entretanto, a CCPM reúne-se esta

tarde, numa sessão que se admite ainda a ser dominada por este tema.

## Conflitos na rádio

Ontem, contudo, surgiu um novo dado que ameaça complicar ainda mais o relacionamento entre os signatários dos Acordos de Bicesse.

O programa radiofónico do MPLA "Angola Combatente" deixou ontem de ser difundido pela Rádio Nacional de Angola e o secretário para a informação do partido no poder, João Lourenço, exige agora à UNITA uma decisão semelhante em relação à sua estação emissora, Vorgan, que emite a partir da Jamba e de Luanda.

O "Angola Combatente" vem desde a luta de libertação nacional, na década de 80, altura em que era emitido a partir de Brazzaville (Congo), onde o MPLA tinha a sua sede. Nos últimos meses, era o principal veículo de propa-

ganda hostil do partido no poder contra a UNITA e o seu silenciamento vinha sendo reclamado por várias frentes, desde a Igreja Católica ao secretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen. Nesta fase, a resposta ao "Angola Combatente" vinha da Vorgan, e a propaganda hostil tornou-se uma constante.

Com esta atitude, o MPLA afirma "respeitar a legislação em vigor no país sobre os tempos de antena a que os partidos têm direito", mas adverte que, se o partido liderado por Jonas Savimbi não silenciar a Vorgan, vai pedir ao Conselho Nacional de Comunicação Social que seja retirado à UNITA o direito de utilização do tempo de antena na Rádio Nacional de Angola.

Durante a tarde de ontem, o PÚBLICO procurou uma reacção da direcção da UNITA que não foi possível por nenhum dos dirigentes da área da informação se encontrar em Luanda. ■

## A campanha dia-a-dia

### Bispos tomam posição

A CONFERÊNCIA Episcopal de Angola e São Tomé alertou os cristãos de Angola para "não elegerem quem defende o aborto, a violência ou outras práticas atentatórias da segurança e integridade da vida humana". Para os bispos católicos angolanos, os seus compatriotas "não se devem deixar atemorizar nem enganar por quem se vale da credibilidade feticista para ameaçar com extremos castigos" aqueles que votarão livremente.

Sobre os direitos humanos, a carta pastoral interroga-se sobre as garantias que oferecem agora "aqueles que violaram ou de alguma forma colaboraram

na violência dos direitos humanos". Os bispos lançam ainda um repto aos partidos políticos e candidatos presidenciais: "Após as eleições é preciso saber ganhar, saber perder e saber aceitar os resultados".

"Uma saudável oposição é sempre necessária num sistema político de pluripartidarismo", concluem. ■

### Tripartida chega segunda-feira

A MISSÃO tripartida de governantes dos países observadores do processo de paz em Angola é aguardada segunda-feira em Luanda, apurou o PÚBLICO junto de uma fonte diplomática em Luanda. Esta missão é integrada por Durão Barroso, se-

cretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Herman Cohen, secretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, e Gregori Karasin, director para África do Ministério russo dos Negócios Estrangeiros.

Esta visita, que não estava prevista depois de no final de Julho estes três governantes terem estado em Luanda, é agora justificada pela "necessidade de um maior empenhamento do processo de paz", afirmou ao PÚBLICO a referida fonte. ■

### Tudo por uma candidatura

HÁ UM líder de um partido emergente que parece desespe-

rado por não poder candidatar-se às eleições de 29 e 30 de Setembro. Promete até pagar "as despesas de um novo sorteio eleitoral" para poder ver o seu nome e o do seu partido nos boletins de voto.

UNLDDA (União Nacional da Luz para a Democracia e Desenvolvimento de Angola) é o partido; Miguel Muendo é o líder, que já afirmou que alcançaria 80 por cento dos votos caso a sua candidatura fosse aceite.

Aliás, Muendo, que aparenta ter cerca de 40 anos, apresenta-se como "representante dos sábios de Angola". Mas o Conselho Nacional Eleitoral não a aceita, porque o prazo para a sua apresentação terminou "há cerca de um mês", teve o cuidado de esclarecer publicamente o presidente daquele órgão, Caetano de Sousa. ■ A.M.

*Com a subtilidade dos elefantes, o MPLA tem como bino eleitoral um «bii» lançado aquando da visita do Papa a Angola.  
O logotipo da campanha é também um coração inventado nessa altura.  
Os brasileiros da campanha de José Eduardo dos Santos não brincam em serviço.  
Mas a UNITA ainda não disse a última palavra*

# A música do coração

BENJAMIM FORMIGO em Luanda

**H**Á POUCOS meses ainda trabalhava como empregado num restaurante. Antes disso fora chefe de bar num hotel. O seu sonho era «assim que a guerra acabasse, comprar um camião e ganhar dinheiro no transporte de mercadorias».

O seu ofendido é que não chegava para o camião. Graças à «kitanda» da mulher, num dos mercados paralelos de Luanda, e ao «esquema» de troca «no paralelo» de alguns produtos que conseguia no restaurante e no hotel reuniu o dinheiro para o velho camião com que liga periodicamente Luanda à província.

«Quando saio de Luanda levo alguns passageiros na caixa do camião, só trago mercadoria quando volto». À falta de transportes públicos, os camiões servem aos que se querem deslocar. Os preços variam com as distâncias e também com a cotação do dólar no mercado paralelo — porque é essa cotação que determina os preços no mercado. Mas estamos em África e «às vezes até levo pessoas que não pagam... os velhos têm de ser respeitados... ou então um ou outro desmobilizado das FAPLA». O nosso interlocutor não tem simpatias especiais pela UNITA.

Desta vez, ele, que já teve o seu nome no jornal, não quer que o escreva. Veio de Malanje e passou mau bocados. «Com os camanguietas» — os traficantes de diamantes que controlam os bairros da cidade.

Os incidentes que puseram Malanje em pé-de-guerra durante mais de uma semana tiveram origem política. A população, fortemente pró-MPLA, «não quer ver os coxas», um termo depreciativo usado para designar a UNITA, diz-nos o camionista sorrindo enquanto coça o ventre rotundo. Se só foram questões políticas que estiveram na origem dos incidentes, a verdade é que corre com muita insistência entre os que viajam pela província que «houve lá uma guerra de camanguietas». É a «divisão de Luanda que se reflecte nos bairros de Malanje. Nos bares da cidade, até às seis da tarde, a conversa é política. Depois do anoitecer os mapas políticos são virados e sobrepõem-se as áreas dos diamantes», explica-nos um quadro recentemente regressado também de Malanje.

Para o nosso camionista, que ia para além da cidade alegadamente à procura de produtos para trazer para Luanda e «devar uma coisitas

para os arredores», o caminho não foi fácil. Os camanguietas queriam — e aparentemente teriam conseguido — que ele levasse alguns tambores de combustível e alguns mantimentos para os garimpos «independentes» (os que não têm, alegadamente, ligações políticas). «Fazem isso com todos os camionistas», diz-nos, esquivando-se a responder directamente se tinha ou não levado o que lhe fora «pedido». «Um homem tem de viver», afirma.

Todavia, outra fonte que também não quis ser identificada, garantiu que os camiões, muito particularmente os que estão ao serviço de empresas, acabam mesmo por ter de levar o combustível e os mantimentos. «Especialmente agora que a polícia controla a cidade».

O controlo policial surgiu na sequência dos incidentes e da descoberta em Malanje, nas mãos dos «camanguietas», de duas centenas de vitórias roubadas em Luanda, algumas das quais após homicídios.

Os incidentes, alegadamente iniciados pela oposição de populares à abertura de uma sede da UNITA nos subúrbios, acabaram por levar ao envio dos «Ninjas» para a capital dos diamantes. Impecavelmente fardados de preto, com um ar impassível, 1,80m de altura ou mais, e intensamente treinados por técnicos espanhóis, os «Ninjas» — ou polícia antimotim — tornaram-se temidos e são objecto de acerbas críticas da UNITA e até o secretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Davidow, se referiu à necessidade de «verificar a neutralidade da acção policial». Mas para muitos populares os «Ninjas» são a garantia de segurança nas ruas, onde já apareceram muitas vezes sem, no entanto, terem de entrar em acção.

De regresso a Luanda, no próprio dia em que a campanha eleitoral começou, o nosso camionista mostrou-se surpreendido com a quantidade de bandeiras do MPLA que flutuam sobre os terraços dos prédios ou nas copas das árvores. As bandeiras já haviam sido colocadas alguns dias antes do início da campanha. As colagens de cartazes não foram muito activas e as ruas não apresentavam nos primeiros dias de campanha uma imagem muito diferente da que assumiram nos últimos anos.

Holden Roberto, apesar da sua idade, liderou uma marcha de vários quilómetros a abrir a campanha da FNLA, mas sem dúvida o mais activo foi o MPLA. Durante todo o fim-de-semana pequenas caravanas de automóveis e alguns autocarros percorreram as ruas da cidade de Luanda cantando «Com o MPLA no Coração» — uma nova canção lançada para a campanha eleitoral e agitando as bandeiras vermelho-negras do partido do Governo ou os cartazes de campanha de José Eduardo dos Santos.

No seu camião, logo que se aproximou do perímetro de Luanda, o camionista pendurou duas bandeiras: do lado direito da cabina uma do MPLA, do outro uma de José Eduardo dos Santos. E na «T-shirt» que vestia, lá estava mais um José Eduardo. Confessa que nunca foi do MPLA, «não sou, só fizera aspeiras, mas tenho medo da UNITA». Uma sondagem revelada 24 horas antes do início da campanha dava uma vitória esmagadora ao partido do Governo, mas ninguém sabe qual foi o método ou o campo da sondagem. Poucas pessoas com quem falámos acreditam na sua viabilidade. Mesmo os que confessadamente vão votar no MPLA duvidam dos resultados que detrotem a UNITA

por uma maioria mais do que absoluta.

**A** GRANDE ausência neste primeiro fim-de-semana foi da UNITA, empenhada na sua Convenção, na cidade do Lobito.

Eduardo dos Santos e Savimbi conseguem reunir multidões, mas isso não impressiona o nosso camionista: «Esse povo vai a todas as festas, não diz em quem vai votar».

No Lobito, Jonas Savimbi preside à primeira Convenção da UNITA fora da Jamba. Um encontro que teve início com mais de 24 horas de atraso. Um atraso provocado «por dificuldades de transporte de alguns delegados», mas que não deixou de dar origem a boatos sobre «divergências no interior da UNITA».

Para os seus adversários, «a UNITA mostrou mais uma vez a sua incapacidade. Só agora estão a apurar a plataforma eleitoral, um dia depois de começar a campanha eleitoral». Em Luanda, entretanto, não havia no início da semana ninguém da UNITA disponível para comentar as críticas ou dar explicações detalhadas. Todos os seus quadros se encontram no Lobito, naquele que será o encontro crucial para o futuro «eleitoral» — e porventura político — do movimento.

A ausência de quadros da UNITA na capital foi de tal ordem que, após os graves incidentes do Kuito (Bié) e Huambo, o movimento de Jonas Savimbi se fez representar por uma figura de segundo plano naquela que foi talvez a mais crítica reunião da CCPM, terça-feira, no Huambo (ver caderno Internacional).

**O** INÍCIO oficial da campanha foi apenas isso — oficial. Os dois «elefantes» já andam em campanha há muito e por todo o país. Enquanto Savimbi marchava sobre o Lobito, onde terminou esta sua última digressão provincial, José Eduardo dos Santos ia a Malanje, logo após os incidentes, para dar mais um impulso à sua campanha em territórios conhecidos. E, embora o tribalismo esteja oficialmente fora da agenda dos políticos, as autoridades tradicionais não são esquecidas pelo MPLA. O Presidente aproveitou a sua ida à capital do diamante para se avistar com todos os sobas da província a quem ofereceu bicicletas, telefones e novos uniformes. Em

troca recebeu o chapéu de chefe máximo do poder tradicional naquela região.

Sempre ao lado do chefe do Estado, sua mulher, Ana Paula, tem-se mostrado um trunfo considerável durante esta pré-campanha, que terminou com o oficialismo de um comício de José Eduardo dos Santos no Bairro do Cazenga. O MPLA «fez o inverso do que fez em 1975. Nessa altura trouxemos o muceque para a cidade, para os comícios, agora levamos a cidade para o muceque» explica João Lourenço, número-dois da campanha do «M», como aqui se diz abreviadamente. Acabado o comício, o Presidente foi para a Expo-92 assistir ao Dia de Angola, por entre críticas de que «neste momento o Presidente não se devia ausentar do país».

Inestimável tem sido a Imprensa oficial, que não esconde de que lado está. Mas a imprensa afecta à UNITA tem-se afirmado pela negativa. As suas páginas enchem-se de críticas nem sempre fundamentadas, e, frequentemente, não é fácil vislumbrar a estratégia ou a agenda política do principal movimento de oposição ao Governo através delas.

As campanhas de José Eduardo dos Santos e do MPLA são efectivamente as únicas que se encontram completamente definidas, com o apoio técnico de uma empresa brasileira. Segundo fontes ligadas à campanha do partido no Governo «esta primeira fase vai ser mole. Não vamos bater muito e vamos esperar para ver como reagem os outros. Se for necessário passar para o duro, estamos aí». Antes da campanha, o Governo tinha na sua propaganda institucional a canção «Com Angola no Coração». Explorada até aos limites pelo seu ritmo e facilidade de apreensão, a canção veio a identificar o Governo com João Paulo II durante a sua visita a Angola. Onde quer que o Papa fosse era essa a canção que se ouvia e na TPA (Televisão Popular de Angola) a campanha institucional do regime apresentava frequentes imagens da visita papal tendo a canção como música de fundo. Subtilmente foi então introduzido o desenho de um coração, o mesmo que agora é apresentado em toda a propaganda do MPLA.

Espectadores viram nos televisores, pela primeira vez, um anúncio indicando — como sucede em Portugal — que o espaço de programação que se segue é da responsabilidade do partido tal. Só que em vez do partido — ou, no dia seguinte, do candidato — surgia no ecrã um concerto de piano ou de «jazz» com a indicação de que partido ou candidato não haviam entregue no prazo previsto (cerca de 24 horas de antecedência) a cassette. A lei cumpriu-se e os espectadores têm sido assim poupados a alguns monocórdicos discursos de 10 minutos de candidatos que, volta não volta, olham para a câmara para ver se ainda falta muito tempo.

No Huambo, terra de tradicional implantação da UNITA, viam-se a meio desta semana algumas faixas apelando ao voto em Savimbi ou na UNITA. Em contrapartida, a propaganda do MPLA era já activa. Não só através de cartazes como da presença de algumas das suas mais importantes figuras políticas. Mas nos próximos dias, terminada a sua Convenção, a iniciativa vai ser seguramente da UNITA.

Lamentavelmente, a primeira campanha eleitoral em Angola, além de episódios mais ou menos pitorescos, foi marcada pela violência e pelos mais graves incidentes desde que a paz foi assinada. ■

EXPRESSO, Sábado, 5 Setembro 1992

# A crise mais grave

DEPENAR um galo preto em frente à sede da UNITA no Kuito, província do Bié, por militantes e simpatizantes do MPLA, nos gritos de «toma lá o galo preto» (símbolo do partido de Jonas Savimbi), e atirar contra aquelas instalações frangos congelados constituíram as provocações que estiveram na origem da crise político-militar mais grave que Angola atravessou desde o final das hostilidades.

O responsável pelo Comité Local da UNITA transmitiu, então, aos soldados das FALA ordens para se instalarem no cruzamento próximo do edifício, ordenando-lhes que controlassem o tráfego. Segundo o que foi apurado pela UNAVEM II e pelos observadores portugueses, norte-americanos e russos, cerca de duas horas depois, um «jeep» transportando militares das FAPLA, vestidos à civil, e um militante da Juventude do MPLA parou a meia centena de metros do cruzamento, depositando no chão — no passeio oposto — frangos congelados.

A viatura reiniciou a marcha, mas ao chegar ao cruzamento onde se encontravam as FALA foi mandada parar pelos homens da UNITA. Seguiu-se uma troca de epítetos e os ânimos exaltaram-se. O «jeep» arrancou, virando para a direita — o Comité Piloto da UNITA fica para a esquerda. O homem que mandara parar a viatura abriu fogo, o mesmo fazendo o que estava no passeio oposto.

Deste tiroteio resultaram ferimentos nos três militares governamentais, um deles o tenente-coronel Sirigado. A este incidente seguiu-se um outro, envolvendo uma troca de tiros frente ao Palácio do Governo.

Como retaliação, o comandante das FAPLA estacionadas no Kunge deu ordem de saída a quatro blindados — três de transporte de pessoal e um carro de combate — que se deslocaram para a capital do Bié, mas onde apenas um entrou.

Na sequência dos distúrbios, as instalações da UNITA no Kunge «foram em parte destruídas, alegadamente por simpatizantes do MPLA, tendo resultado dos confrontos a morte de um oficial e de um soldado das FAPLA», segundo uma fonte da UNAVEM que, em conjunto com os observadores, interveio para apaziguar os ânimos e fazer regressar as tropas aos quartéis.

## Confrontos no Huambo

No mesmo dia, perto do Huambo, novos distúrbios vieram agravar a situação. À saída de Longonjo, uma caravana de viaturas de simpatizantes do MPLA proferiu insultos e apedrejou as instalações da UNITA, segundo as informações do brigadeiro MacKenzie, deste movimento. Segundo outras versões, houve tiros dispersos com origem desconhecida.

De acordo com a versão apurada pela UNAVEM II e observadores, o director da campanha do MPLA, Kundi Pahyama, que passava no local, saiu da viatura e foi conversar com os homens da UNITA, procurando acalmar os ânimos. Um dos comandos locais das FALA mandou, entretanto, os seus homens preparar uma emboscada a poucas centenas de metros da sede. No regresso, e já algum tempo depois de passar o veículo em que seguia Kundi Pahyama, os homens escondidos abriram fogo contra um «jeep» e uma viatura pesada, segundo os mesmos informadores.

A UNITA alega que um jovem do MPLA, que viajava no capot do «jeep», estava armado. Segundo testemunhas oculares, a viatura passou lentamente frente das instalações da UNITA sem provocar descalotes e foi mandada seguir por militares das FALA. Na mesma ocasião, segundo as mesmas fontes, ouviu-se um tiro que não partiu das duas viaturas. Os homens emboscados atacaram então o jeep e o camião, provocando um morto e vários feridos.

B. F./G. C.

**C**OM MENOS meios, os outros partidos sentem as dificuldades de realizar uma campanha eleitoral. Dia 29, os te-

# Remendar a paz

## Benjamim Formigo e Gustavo Costa em LUANDA

A VINTE e quatro dias das primeiras eleições livres em Angola, a nota de maior registo do processo de paz é o atraso no seu cumprimento.

No início da próxima semana, a vinda, mais uma vez, a Luanda de Durão Barroso e dos seus homólogos americano e russo pretende lançar um pouco mais de cola nos múltiplos remendos que o processo apresenta neste momento.

As forças militares dos dois lados — Governo e UNITA — não só não estão totalmente acantonadas como dificilmente serão desmobilizadas de facto antes das eleições. O máximo que será possível ocorrer é desmobilizar «de jure» das forças militares e encontrar uma fórmula que consiga dar um mínimo de garantias quanto à sua neutralização, se a UNAVEM II chegar para as encomendas com os efectivos que tem.

As Forças Armadas Angolanas (FAA) — o novo exército nacional — está longe de ter outra existência que não a do papel em estádio projectadas. Dos 40 mil homens que deveriam integrar as FAA, apenas quatro mil estão formados e colocados. A falta de mais cinco mil, aprovada há semanas, ainda não se apresentou nos locais de formação e treino. De um batalhão de polícia militar que deveria estar a receber instrução no centro de formação do Huambo, apenas estão reunidos centenas de homens enviados pelo Governo, não havendo sombra do pessoal das FALA (UNITA).

A integração social dos desmobilizados é difícil, até porque não é possível integrar o que não existe, ou só existe em número limitado. Apesar disso, as verbas gastas pelo Governo angolano com todo este processo são astronómicas.

Os atrasos registados no cumprimento dos Acordos do

Estoril, e cujos princípios os subscritores angolanos não se cansam de jurar fidelidade, deve-se exclusivamente à falta de confiança entre Governo e UNITA e à incapacidade de os dois chegarem a acordo.

«Completo está apenas o registo eleitoral. A campanha está em movimento e, se não houver mais sobressaltos graves, as eleições terão lugar a 29 e 30 de Setembro. Ou seja, apenas a parte do processo que não necessita de acordo entre as partes, por

ser de exclusiva responsabilidade do Governo, está a ser cumprida.

«O Governo e o MPLA tomaram a consciência que podem ganhar as eleições e adquirir legitimidade democrática.

A partir daí estão completamente determinados a promover as eleições dentro dos prazos previstos e a fazer um jogo limpo que possa ser aceite pelos observadores internacionais convidados, as Nações Unidas e os observadores à CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar)», disse ao EXPRESSO um diplomata ligado às estruturas de paz em Angola.

Para a UNITA, o registo eleitoral foi indevidamente encerrado, «por existirem milhares de angolanos que não o puderam fazer», declaração que Margareth Anstee, representante do secretário-geral da ONU junto da UNAVEM II, subscreeveu e lhe tem valido críticas do Governo e discordância dos observadores. «Na verdade, o Conselho Nacional de Eleições votou por 12 votos contra três a favor o encerramento do registo dentro do prazo. O número de eleitores inscritos — 4,8 milhões — ultrapassou a estimativa, e não era possível continuar a trabalhar com números hipotéticos», comentou um dos observadores que sancionou o encerramento do processo de registo.

Por seu lado, o general «Ndalu», chefe da delegação do Governo na CCPM, afirmou a determinação de levar o processo até às eleições, mesmo que

«tentamos de levar algumas chapadas para realizar as eleições e as ganharmos». Daí a moderação que os militares das FALA (exército governamental) têm procurado imprimir aos seus subordinados, nem sempre, note-se, com inteiro êxito, como foi o caso esta semana no Kuito, província do Bié (ver texto nesta página).

Daí também que alguns quadros do MPLA tenham discordado de que o Presidente José Eduardo dos Santos tenha feito eco das críticas à UNAVEM II durante um comício. «O Presidente confundiu a sua posição de candidato com a de Chefe do Estado. Estamos a procurar fazer um jogo limpo para as eleições, e não podemos descreditar de modo algum a ONU sem correremos o risco de pôr em causa a credibilidade do seu selo nos resultados eleitorais», disse um responsável governamental.

O controlo da ponta final do processo eleitoral — guarda das assembleias e mesas de voto durante a noite de 29 para 30 de Setembro — é um dos quebra-cabeças por resolver. Do mesmo modo, ainda se procura definir se a contagem dos votos será feita integralmente em Luanda — caso em que será necessário pela as urnas e salvaguardar o seu transporte até à capital — ou se deverão ser contados localmente e depois centralizados os resultados em Luanda.

Se o transporte até à capital «é problemático, não será menos complicado salvaguardar a limpeza do processo de contagem. Em muitos locais não existe energia eléctrica nem geradores fortes para que se possa proceder à contagem durante a noite. Não é possível fazer a contagem de votos à luz de 'petromaxes' sem correr o risco de que um dos intervenientes, com um dedo sujo num cinzeiro, possa inutilizar centenas de votos», comentou um dos observadores.

E se o problema da contagem ainda está por definir, também é necessário garantir a impossibilidade do duplo voto.

Não existem cadernos eleitorais. Os eleitores registados dispõem de um cartão de eleitor

que lhes permite exercer o direito de voto independentemente do local — distrito ou município — em que se registaram. Por outro lado, na ausência de documentos de identificação, no acto de registo bastava a identificação do eleitor por duas testemunhas. Deste modo, o duplo registo não é impossível.

Ao votar, o cartão de eleitor é perfurado, ficando, portanto, inutilizado para um segundo voto noutro local. Nada impede, porém, que o eleitor disponha de outro cartão com outro nome. Daí que, tal como sucedeu na Namíbia, esteja a ser defendida a marcação da mão do eleitor com tinta indelével. Uma decisão que tem merecido alguma crítica, por «atentar contra os direitos dos cidadãos».

Outra questão ainda objecto de controvérsia é a do sufrágio na Jamba. O registo na base da UNITA foi suspenso por decisão do Governo, em virtude de a administração do Estado não abranger a capital da UNITA. Nesta conformidade, segundo a argumentação do Governo, a Jamba não seria abrangida pelo processo eleitoral pois, segundo os Acordos do Estoril, a administração do Estado deveria cobrir todo o país antes das eleições. Uma posição — obviamente contestada pela UNITA — de que eventualmente o Estado terá de abrir mão, na opinião de fontes ligadas ao processo eleitoral.

## A aventura angolana de Manuel Monteiro

A deslocação de Manuel Monteiro, o irrequieto líder do CDS, a Angola não foi isenta de uma dose de aventura. No dia em que chegou a Luanda, depressa percebeu que teria de enfrentar no Lobito condições de alojamento que o levaram a desabafar: «Eu prefiro dormir no carro.» A questão do alojamento durante a Convenção da Unita tinha-se levantado ele próprio, ainda no Hotel Tivoli em Luanda, em conversa com o igualmente jovem dirigente do partido de Jonas Savimbi, Vitorino Hossi, que ostenta o pomposo título de «vice-ministro dos Negócios Estrangeiros». Hossi chegou a falar, meio a sério meio a brincar, em sacos-cama... Mas o presidente do CDS acabaria por ficar alojado, no Lobito, no Hotel Grão Tesco. Um hotel, pelos vistos, pouco recomendável: já no aeroporto da capital angolana, barba por fazer, Monteiro qualificou-lo de «um nojo».







# Dezoito listas concorrentes

## MPLA

Movimento Popular de Libertação de Angola

Partido no poder desde 1975, foi fundado em 10 de Dezembro de 1956. Apoiou a corrida presidencial e actual Presidente da República, José Eduardo dos Santos, de 50 anos. Ambos procuram confirmar uma base social de apoio localizada sobretudo nas grandes cidades, nomeadamente em Luanda. Na campanha eleitoral têm procurado demarcar-se de 16 anos de governação incapaz, marcada por acusações de corrupção.

## UNITA

União Nacional para a Independência Total de Angola

Jonas Savimbi, de 58 anos, fundador deste partido em 13 de Março de 1966 e desde então o seu líder, é o candidato às presidenciais. Após 16 anos de luta contra o Governo do MPLA, a UNITA procura nos musseques de Luanda e no interior do país a sua base social de apoio. Acusações de violação dos direitos humanos e a dissidência dos ex-dirigentes Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes são os pontos fracos.

## FDA

Fórum Democrático Angolano

Apenas concorre às legislativas, integrando nas suas listas os dissidentes da UNITA — Paulo Tchililica, N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes — constituídos em Tendência de Reflexão Democrática. A própria FDA, liderada por Jorge Chicotti, de 38 anos, é uma dissidência do partido de Savimbi. A UNITA é, aliás, o principal alvo desta candidatura, que procura votos no eleitorado "mais esclarecido".

## PRD

Partido Renovador Democrático

Tem a sua génese nos chamados "fraccionistas" que em Maio de 1977 tentaram um golpe de Estado a partir das estruturas do MPLA. Luís dos Passos, também 38 anos, é o seu líder e candidato a Pre-

da República. O potencial eleitoral está nos familiares das vítimas da repressão cubana à referida tentativa golpista. É um dos partidos que disputa o estatuto de terceira força.

## AD

Coligação Angola Democrática

Dos quatro partidos que formam esta coligação, destaca-se a Frente para a Democracia (FpD), de Filomeno Vieira Lopes, Nelson Pestana "Bonavena" e Cláudio Silva, da antiga Organização Comunista Angolana (OCA). O seu candidato presidencial é Simão Cacete, um engenheiro de 38 anos, cujo discurso se dirige essencialmente aos jovens e às mulheres. Círculos em Luanda admitem a sua desistência a favor de Daniel Chipenda.

## PNDA

Partido Nacional Democrático de Angola

Não tem qualquer expressão, a não ser o apoio à candidatura presidencial de Daniel Chipenda, 61 anos. A candidatura de Chipenda parece ter reunido alguns meios, a avaliar pelo bom nível técnico da campanha televisiva. O antigo líder da "Revolta do Leste", que abandonou o MPLA para se candidatar a Presidente, tem "namorado" as várias igrejas — desde a católica à toquista. Ovimbundo, poderá encontrar nesta etnia dominante do interior de Angola um importante eleitorado.

## FNLA

Frente Nacional de Libertação de Angola

Pode muito bem acontecer que um dos partidos tradicionais não consiga, sequer, ser a terceira força mais votada. Holden Roberto, 68 anos, o seu líder desde a fundação em Abril de 1962, é candidato às presidenciais e tem tido um discurso muito crítico relativamente à UNITA e ao MPLA, chamando a si o papel de defensor do povo angolano. Mas poderá ter de pagar a factura do abandono de Angola em 1975. Surpreende a pobreza da campanha do partido e do candidato.

## PDA

Partido Democrático Angolano

À semelhança de quase todos os partidos emergentes, o PDA foi fundado em Janeiro de 1991, por Alberto Neto, 47 anos (ex-MPLA). Este é o seu candidato às presidenciais. Não tem expressão.

## PDP-ANA

Partido Democrático para o Progresso/ Aliança Nacional Angolana

Chegou a apresentar a candidatura do seu dirigente máximo, Mfulumpinga Victor, 46 anos, às presidenciais, retirada em favor de Savimbi. Não tem expressão.

## PSDA

Partido Social Democrático Angolano

À semelhança do PDP-ANA, também o líder deste partido se retirou da candidatura presidencial em favor de Savimbi. Na recente convenção da UNITA, André Kilandamoko, 58 anos, discursou em francês, com tradutor. Não tem expressão.

## PDLA

Partido Democrático Liberal Angolano

Apoiou o candidato presidencial Honorato Landi. Partido e candidato são desconhecidos. Não preencheram ainda um único tempo de antena na rádio ou na televisão.

## PLD

Partido Liberal Democrático

O partido foi fundado em Lisboa, em 1983, e apresentou a candidatura de Anália Pereira, 50 anos, às presidenciais. Tem mobilizado alguns jovens nas actividades da campanha.

## PRA

Partido Reformador Angolano

Outro partido fundado em Lisboa, em 1983. Rui Vitória Pereira, 58 anos, candidato presidencial, é irmão de Anália Pereira e falecido Emílio Vitória Pereira, fundador do Duo Ouro Negro.

## PAJOCA

Partido da Aliança Juventude Operários e Camponeses de Angola

Miguel Sebastião, 34 anos, dirige este grupo, que apoia José Eduardo dos Santos na corrida presidencial.

## PAI

Partido Angolano Independente

Liderado por Adriano Parreira, 40 anos, foi fundado em Lisboa, em 1983. Adriano Parreira foi assistente do departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Apoiou José Eduardo.

## PRS

Partido Renovador Social

Concorre apenas às legislativas e é liderado por António Muschicundo. Ambos são desconhecidos, à semelhança do que se passa com o PDLA.

## CNDA

Convenção Nacional Democrática de Angola

Apoiou Savimbi nas presidenciais, concorrendo apenas de forma autónoma às legislativas. Paulina Pinto João, 48 anos, antigo quadro do MPLA, onde dirigiu a Informação e Propaganda, é o seu líder.

## PSD

Partido Social Democrata

É um dos muitos que foram lançados no Norte do país. Apoiava o seu líder, José Manuel Miguel, para a corrida presidencial, mas a candidatura foi recusada pelo tribunal por constar do seu registo criminal uma condenação por violação a uma sobrinha. O candidato é agora Berngui Pedro João, 47 anos, ex-MPLA, acusado por José Manuel Miguel de um desvio de 60 milhões de novas kuanzas (cerca de 2.500 contos) dos cofres do partido. Não tem expressão.

António Males, em Luanda



DOS 25 partidos angolanos registados, 21 perfilaram-se para as eleições parlamentares deste mês, quatro deles integrando uma coligação — Angola Democrática (AD). Todos defendem um sistema de economia de mercado e um Estado de Direito.

Quanto aos 11 candidatos presidenciais existentes (depois de André Kilandamoko, do PSDA, e Mfulumpinga Victor, do PDP-ANA, terem desistido a favor de Jonas Savimbi), são apoiados pelos respectivos partidos, embora Daniel Chipenda, cuja candidatura foi apresentada pelo PNDA, se assumia como independente.

A profusão de partidos e de candidatos presidenciais não parece porém significar uma distribuição generalizada dos votos, que tudo indica venham a concentrar-se no MPLA e na UNITA e nos seus líderes, José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi, respectivamente. É a clara separação entre os partidos que fizeram a luta pela independência, incluindo a FNLA, e os chamados emergentes.

Apresentam-se, a seguir, alguns elementos de identificação das listas concorrentes às eleições de 29 e 30 de Setembro:

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 7 SETEMBRO 1992

# Observadores em Angola avaliam riscos para a paz

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 1 DE SETEMBRO DE 1975

António Malos, em Luanda



Na igreja do Carmo, em Luanda, os crentes participaram ontem numa sessão de esclarecimento sobre as eleições.

Depois da missa, o pároco aproveitou a presença ocasional de Onofre dos Santos, director-geral das eleições, e entre as 10 e as 13 horas falou-se de eleições.

Um pouco por toda a parte, a campanha de educação cívica promovida pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) ganhou uma dinâmica própria e as eleições tornaram-se tema dominante das conversas. Em Luanda, no Largo do Kinaxixi, foi construído um Jango — como se designam em Angola os locais onde as pessoas se encontram para conversar — por onde já passaram milhares de pessoas. Ali distribuem-se folhetos e brochuras, fala-se de eleições. E sobretudo os jovens — alguns ainda sem idade eleitoral — emprestam grande animação ao largo, onde o monumento à Maria da Fonte foi substituído após a proclamação da independência por um tanque de guerra. Símbolo que permanece, apesar de sobre ele repousar agora umaomba, a assinalar a paz.

Simultaneamente, os principais partidos vão realizando as suas actividades de rua, revelando uma especial preferência pelas marchas. Sobretudo no fim-de-semana, estas passeatas levaram às ruas da capital angolana, com aparente serenidade, centenas de pessoas. Mas estão ainda frescos na memória de todos os incidentes de uma semana antes no Huambo e no Bié, províncias do centro do país, na sequência dos quais três pessoas morreram e 17 ficaram feridas. Foi um início dramático da campanha eleitoral, que colocou em alerta geral os observadores do processo de paz e deixou preocupados os angolanos.

## O síndrome de 1975

Voltou ainda à memória dos angolanos o ano fatídico de 1975, do insucesso dos Acordos assinados no Alvor em Janeiro e da guerra total. Situações que poucos admitem possam voltar a acontecer, mas que pairam como fantasmas sobre este processo de paz. Para os diplomatas que acompanham a aplicação dos acordos, em representação dos países observado-

res, "já se evoluiu o suficiente neste processo para que possa haver recuos tão grandes". Por outro lado, reforçam, o discurso dos dois principais opositores tem "excluído sistematicamente essas possibilidades e hoje já nenhum país apoiaria uma guerra".

Mesmo assim, uma nova missão tripartida dos países observadores dos acordos de paz voltará a Luanda, "para reforçar o enquadramento do Governo e da UNITA na aplicação dos acordos". Uma missão integrada por José Manuel Durão Barroso, secretário de estado português para os Negócios Estrangeiros e a Cooperação, Herman Cohen, secretário de estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, e Gregori Kanasin, director para África do ministério russo dos Negócios Estrangeiros, que nos dois últimos dias de Julho tinham realizado aquela que se supunha a última viagem a Angola antes das eleições.

Durante a sua estada em Luanda, os governantes estrangeiros vão repetir os encontros com José Eduardo dos Santos, Presidente da República, e Jonas Savimbi, líder da UNITA, para além das reuniões com os embaixadores que têm acompanhado no terreno a aplicação dos acordos e a representante especial do secretário-geral das Nações Unidas — a britânica Margareth Anstee. Durão Barroso completará em Angola um périplo africano, que o levou à África do Sul e à Somália integrado numa missão da Comunidade Europeia.

## Encontro dissuasor

A realização, prevista para os primeiros dias desta semana, do encontro entre Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos, para o qual a missão tripartida devera dar um importante contributo, poderá inverter a tendência para aumentar a tensão política no país. José Eduardo dos Santos admitiu, no seu regresso do Uíge, no Norte do país, a necessidade desse encontro, para resolver as questões relacionadas com a desmobilização dos dois exércitos, considerada "urgente e insidiável" pelo Presidente da República.

Jonas Savimbi já se mostrava disponível para esse frente-a-frente, num comício realizado na cidade do Lobito, mas

a sua insistência na necessidade de extinção da policia antimotim ameaça criar um impasse. Segundo os observadores, esse será, certamente, um dos aspectos centrais da conversa que a missão tripartida terá com Jonas Savimbi. O líder da UNITA chegou a afirmar no Lobito que se a policia antimotim existir nos dias das eleições isso será considerado pelo seu partido uma subversão dos resultados eleitorais.

## Governo opõe-se à Jamba

Com o início da campanha eleitoral, ficaram suspensos vários processos delicados — nomeadamente o "dossier" dos prisioneiros. Segundo um dos observadores com assento na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), organismo que acompanha a aplicação dos acordos de paz alcançados no ano passado em Portugal, "contribuiria para a crispação do ambiente entre as partes o seu tratamento nesta fase da campanha". De acordo com o mesmo observador, a questão da Jamba ainda poderá vir a criar graves problemas. Isto porque o Governo já manifestou a intenção de requerer ao CNE que não se realizem eleições naquele território do extremo sueste do território, por considerar que os partidos não concorrem, ali, em igualdade de circunstâncias.

Para o MPLA, segundo o secretário para a Informação, João Lourenço, não é possível a livre circulação de pessoas e bens naquela parcela do território: "Por isso, vamos impedir a realização de eleições na Jamba", garante. O seu homólogo na UNITA, Jorge Valentim, sustenta, pelo contrário, que "qualquer angolano e qualquer partido podem deslocar-se à Jamba" e só não faz campanha lá "quem não quiser".

Para Onofre dos Santos (ver página 4), a questão não é linear: "Impedir as eleições na Jamba não seria penalizar apenas um partido; seria, acima de tudo, penalizar os eleitores que ali se registaram".

## Campanha morna

A primeira semana de campanha eleitoral decorreu num ambiente morno. A maioria dos partidos emergentes tem

preenchido com discursos os seus tempos de antena na rádio e na televisão. Alguns outros nem sequer preencheram esses espaços. Nas ruas, dois ou três carros com bandeiras vão recordando a existência da campanha. Ao que disseram ao PÚBLICO fontes da UNITA e do MPLA, os dois principais partidos estão a reservar energias para as últimas duas semanas de campanha.

Visivelmente mais ricas, as campanhas do MPLA, da UNITA e de Daniel Chipenda na televisão têm-se destacado. A mensagem do MPLA durante a última semana centrou-se nos ataques à UNITA, com uma entrevista a revelar a face familiar e íntima de José Eduardo dos Santos. Mais formal, a campanha da UNITA no pequeno ecrã tem quase sempre contado com discursos dos seus dirigentes, a que nunca faltam também os ataques ao MPLA.

Daniel Chipenda tem procurado aproximar-se das várias igrejas. No seu tempo de antena foi mostrado com o arcebispo de Luanda, cardeal D. Alexandre do Nascimento, e a visitar um culto kimanguista. ■

# Nuvens negras em Roma

A SITUAÇÃO em Roma continua a ser preocupante, no que diz respeito à possibilidade de, até 1 de Outubro, se conseguirem assinar um Acordo Geral para a paz em Moçambique.

Um mês decorrido sobre a cimeira que reuniu em Villa Madama os presidentes de Moçambique, da Renamo e do Zimbábue, as duas partes moçambicanas presentes em Roma desde há mais de dois meses ainda nem sequer conseguiram concluir o "diálogo" das questões militares, depois do qual deveriam passar ao das "garantias" e ao do "cessar-fogo".

O chefe de delegação governamental, Armando Emilio Guebuzza, ministro dos Transportes, disse-nos ontem que o processo está "perigosamente stremado" e que só na terça-feira é que as delegações voltam a reunir-se, depois de um intervalo de três dias. Mas dirigentes da Renamo contactados pelo PÚBLICO falaram apenas de "aparante stremado", admitindo que nem tudo esteja ainda perdido.

Guebuzza, quase tão importante quanto o Presidente Joaquim Chissano à frente do regime moçambicano, afirmou-nos que "seria perigoso" se acaso se verificasse a impossibilidade prática de concluir até 1 de Outubro os protocolos sobre questões militares, garantias específicas para o período que vai do cessar-fogo à realização de eleições, modalidades do cessar-fogo e conferência de países doadores.

Seria — comentou — como que desautorizar o que ficou assinado no dia 7 de Agosto, quando Chissano, Afonso Dhlakama e Robert Mugabe assinaram em Villa Madama, na presença do ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Emilio Colombo, uma "Declaração Conjunta" em que se devem instruções aos delegados de uma e outra parte para concluírem até ao início de Outubro tudo o que se encontrava ainda em aberto, composição de um Exército apolítico, fusão do mesmo dos serviços secretos, reestruturação das forças policiais, calendário do processo eleitoral, etc.

## Exército de 24.000 homens

O chefe do departamento de Relações Exteriores da Renamo, José de Castro, explicou-nos ontem que já há acordo quanto ao nome de Forças Armadas de Defesa de Moçambique, a constituir por 24.000 homens no Exército, 1.000 na Força Aérea e 800 na Marinha. Mas que permanecem divergências quanto ao contributo de cada uma das partes, pois que o regime até agora dirigido pela Frelimo não aceitará fixar no Exército

com menos 900 elementos do que a Renamo, em troca de uma supremacia nas outras Armas.

Por outro lado, acusou o Governo moçambicano de não querer a extinção do antigo Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), agora chamado Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE), e subornar por outras vias que este é um dos problemas mais difíceis de ultrapassar, levando alguns medianeiros e observadores a encetar com muita preocupação a hipótese de o mês de Setembro terminar em Roma de uma forma frustrante para todos aqueles que sonham com a paz.

No entanto, apesar do pessimismo que transcede das palavras de Armando Guebuzza e dos problemas de uma junção múltipla (um deputado socialista italiano, dois responsáveis pela Comunidade de Santo Egídio e um arcebispo moçambicano), o chefe da delegação da Renamo às convergências de Roma, general Paul Dunnington, notou-nos que "ainda falta um mês" para Outubro. E o seu colega José de Castro acrescentou que no próximo mês poderá efectivamente ser assinado o Acordo Geral de Paz, "se a Frelimo passar a encetar os assuntos com mais seriedade".

Jorge Heitor

# Moçambique infeliz

ENQUANTO Angola se encontra praticamente a três semanas das suas primeiras eleições multipartidárias, Moçambique — muito mais infeliz — ainda não faz a mínima ideia de quando é que terá o Acordo Geral de Paz que os seus principais políticos lhe prometeram para, o mais tardar, 1 de Outubro deste ano.

Tanto quanto nos parece, a cimeira de Roma, que o mês passado reuniu o Presidente moçambicano, Joaquim Alberto Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Macecho Marceta Dhlakama, não conseguiu fazer com que as respectivas delegações desde há mais de dois anos presentes na capital italiana tivessem apressado o ritmo dos seus trabalhos, que continuam muito lentos.

A inexistência de um Estado que se empenhe a fundo no processo, como medianeiro, a proliferação de medianeiros (Mario Raffielli, Jaime Gonçalves, Andrea Riccardi e Matteo Zuppi) e a sua articulação nem sempre muito fácil com os observadores (EUA, Grã-Bretanha, Portugal, França e ONU) são alguns dos aspectos que poderão explicar o arrastar destas longas conversações romanas.

No caso de Angola houve uma antiga potência colonial que fez questão de honra — e de Estado — conseguir em pouco mais de um ano a assinatura formal de um Acordo de Paz, com pernas para andar. Houve um só medianeiro, personificado no secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso; e houve dois observadores chamados na ponta final das negociações, a fim de se tornarem igualmente garantes de tudo aquilo o que até então fora conseguido.

Em Santo Egídio, porém, o que temos é uma comunidade de católicos virados para os problemas do Terceiro Mundo, um arcebispo da Beira que talvez não seja dotado de uma grande experiência diplomática e um deputado socialista, Raffielli, que não pode contar de forma alguma com todo o peso institucional do Estado italiano, por mais que o queira negar. Moçambique é uma noção muito vaga nos corredores do Quirinale ou da Farnesina. É palavra praticamente desconhecida nas ruas de Roma ou de Milão.

A fraqueza da mediação pode explicar, pelo menos em parte, o arrastar dos trabalhos, com os delegados por vezes a demorarem horas para a simples redacção de um parágrafo, debatendo e voltando a debater com requintes de preciosismo cada uma das palavras que deverão constituir os futuros protocolos a assinar. ■

# Mabote absolvido

O GENERAL Sebastião Marcos Mabote, que desde o dia 17 de Agosto estava a ser julgado em Maputo, sob a acusação de ter liderado no ano passado uma tentativa para derrubar o Governo moçambicano, foi ontem absolvido e "restituído à liberdade" e ao convívio das suas familiares.

A segunda sessão do Tribunal Supremo considerou "não provada" a acusação que pendia sobre aquele antigo vice-ministro da Defesa e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, e "devolveu-o à paz e à liberdade".

O veredicto foi acolhido com enorme alívio pela mãe repleta do Supremo, onde se encontravam parentes, amigos e curadores que interromperam a leitura da sentença com uma forte ovação.

O vice-presidente do Tribunal aconselhou o general Mabote, que ainda há sete anos era membro do Bureau Político da Frelimo, a não invocar por "um espírito de vingança" para com aqueles que o levaram à cadeia, e a prosseguir com a mesma atitude de "dignidade" demonstrada durante o julgamento.

No entanto, o Ministério Público interpôs recurso no plenário do Supremo, por "não se conformar" ou concordar com a sentença. Mas o réu não imediatamente em liberdade.

O julgamento dos restantes 13 réus deste processo, entre os quais dois irmãos do antigo Presidente Ságuas Machel, está marcado para o próximo dia 9.

Sebastião Marcos Mabote, de 51 anos, que entrou para a Frelimo em 1963, ainda antes do desmoronar da luta armada contra a administração colonial portuguesa, goza agora de enorme popularidade entre a população civil e mesmo no sector militar, pois durante o julgamento nenhuma testemunha de acusação conseguiu provar o seu envolvimento na alegada tentativa, à que muitos chamam no Maputo "inventona do Estado".

Na sua última declaração perante o Tribunal, dez antes de ser lida a sentença, o general declarou a sua fidelidade à Frelimo e acusou "oportunistas de direita" existentes nas Forças Armadas de serem os responsáveis pela sua detenção e julgamento: "Nunca fui traidor. Nunca ambicionei o Poder".

Observadores em Maputo crêem que este processo tem ainda muitos aspectos por esclarecer. ■

Formosa Lima, em Maputo

PÚBLICO QUINTA-FEIRA 3 SETEMBRO 1992

## ENCONTRO ENTRE DURÃO BARROSO E DLAKHAMA

— O processo de paz em Moçambique foi ontem o tema do encontro de cerca de uma hora entre Durão Barroso e Afonso Dhlakama. O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português e o líder da Renamo encontraram-se em Pretória, onde Durão Barroso se encontra em representação de Portugal na "troika" comunitária que se deslocou à África do Sul. Antes de regressar ao país, Durão Barroso, ainda integrado na missão africana da "troika", visitará a Somália.

## Paulo de Carvalho em Cabo Verde

PÚBLICO DOMINGO 6 SETEMBRO 1992

O CANTOR e compositor Paulo de Carvalho actuou na sexta-feira à noite no Palácio da Assembleia Nacional Popular, na cidade da Praia, acompanhado pelo músico cabo-verdiano Tito Paris e pelo compositor angolano Filipe Mukenga. O concerto integra-se num projecto do cantor que prevê, para breve, a edição do disco "Música d'Alma", que reúne músicos e influências musicais dos países de língua portuguesa e espanhola. Além dos músicos referidos, Paulo de Carvalho pretende trabalhar com o guitarrista espanhol Vicente Amigo. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 1 SETEMBRO 1992

## Rui Águas marca em S. Tomé

UM GOLO do dianteiro são-tomense Rui Águas deu a vitória por 2-1 ao Sporting Clube Praia da Cruz sobre o Folha-Fede, em jogo de 13ª jornada do campeonato de São Tomé. O Desportivo Militar 6 de Setembro goleou o Udeacai por 6-1, garantindo o comando da prova com 20 pontos, enquanto o Praia da Cruz é segundo com 19 pontos mas menos um jogo. Outros resultados: Santana, 1-Trindade, 0; Caião Grande, 0-Bovista, 1; Gundakape, 1-Riboque, 1. ■

TERÇA-FEIRA, 1 SETEMBRO DE 1992

## Guiné-Bissau derrotada

A SELECÇÃO do Senegal derrotou em Dakar a sua congénere da Guiné-Bissau por 3-0, em encontro das eliminatórias da Taça de África, cuja fase final se disputará na Tunísia, em 1994. A selecção guineense soma duas derrotas nos dois jogos que já realizou, tendo perdido no primeiro encontro do Grupo 3 com a Argélia por 3-1, em Argel. O próximo jogo dos guineenses é com a Serra Leoa, a 4 de Outubro. ■

# Navio português "libertado" em Bissau

O NAVIO *Atlantis*, da empresa Transinsular, apreendido no porto de Bissau na passada quinta-feira, foi libertado ontem pelas autoridades judiciais da Guiné após ter sido paga uma verba de 40 mil dólares a título de caução. A embarcação esteve retida por alegada falta de pagamento de taxas portuárias e por incumprimento das leis da Guiné-Bissau no domínio do transporte marítimo de mercadorias.

A libertação do *Atlantis* não resolve a questão de fundo, já que um outro navio português, da empresa *Portline*, é apreendido em Bissau no próximo dia 19, pode vir a ser também imobilizado.

Para a Companhia de Navegação da Guiné-Bissau (CNGB), os navios das armadoras portuguesas Transinsular e

Portline, que operam para a Guiné-Bissau juntamente com a *Finsma*, de Itália, e a *Navimport*, de Espanha, estão a "infringir as leis do país".

A CNGB, que tem poderes de fiscalização do cumprimento da legislação da Guiné-Bissau em matéria de transporte marítimo de mercadorias, entende que os navios em causa infringem diplomas legais emitidos pelo Conselho de Estado guineense e publicados em 17 de Agosto de 1990 e 19 de Julho de 1991, os quais impõem o pagamento de taxas portuárias e o pedido de autorização de embarque e condição de praza.

As leis em causa são consideradas de protecção de marinha mercante da Guiné-Bissau, mas o cerne do problema parece residir em divergências

surgidas em torno da política comercial das empresas dos dois lados.

O director comercial da CNGB, Francisco Pinho, disse ao PÚBLICO que a empresa guineense está a ser alvo de concorrência desleal por parte das empresas portuguesas que, depois de guardas as negociações entre as partes para atingir as quotas de transporte marítimo acordadas entre os dois países, passaram a ter um comportamento que "roça a concorrência desleal".

A CNGB queixa-se que a Transinsular e a Portline estão a aceitar cargas de contrabando ao preço de 9 mil francos cada, sem sobretaxas, depois de reconhecerem os preços praticados por aquelas empresas, um pouco acima do valor. Francisco Pinho sublinha que as negocia-

ções se gravitam devido "a uma atitude de submissão inusitada das empresas portuguesas".

Nesses negociações, a CNGB pretende que passasse a ser aplicado o Código de Comércio da UNCTAD, organismo que aconselha as portilhas de tráfico de mercadorias, e que prevê uma repartição de 40 por cento para os armadores de cada um dos países e 20 por cento para os de intermédios. Presentemente, no âmbito do acordo entre Portugal e a Guiné-Bissau, os dois países repartem as trocas em 50 por cento para cada.

Relativamente ao caso do navio "Goodward", imobilizado em 7 de Agosto passado mas libertado uma hora depois, a CNGB diz que a Transinsular se comprometeu a receber o pagamento em 72 horas mas "até hoje nada aconteceu". Disse Francisco Pinho.

A CNGB, uma empresa de capitania mista luso-guineense que não tem embarcações próprias e ocupa espaço a outros armadores, diz-se vítima de uma "tentativa de fraude" por parte dos armadores portugueses. No seu transacto, a empresa guineense apenas transportou 11 por cento do movimento de mercadorias para a Guiné-Bissau e E.B.

### CINEMA DE BISSAU — O CIDAC e o Instituto Alemão de Lisboa promovem no dia 12 de Setembro uma sessão de cinema com os filmes "Djarama Boé" (Obrigado Boé) e "Yanyu Yeaso" (O Caminho para a Frente), dois documentários de 90 minutos produzidos em 1991 na área de intervenção do Projecto de Desenvolvimento Integrado do Boé, na Guiné-Bissau. Este projecto é conduzido pela organização alemã não governamental WFD, com o apoio oficial da Alemanha e da Comunidade Europeia. A sessão de cinema decorre às 15h00 e às 18h00, na sede do Instituto Alemão, no Campo dos Mártires da Pátria, em Lisboa. No final, haverá um debate em que estará presente a realizadora alemã Sophie Kotanyi. Kotanyi veio a Portugal para acompanhar a apresentação dos dois filmes no Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz. ■

a possibilidade de uma greve geral dos militares e confirmou a decisão que grassa nas unidades. Ao deixar os quartéis, os militares levaram o pouco que al resto, designadamente cobertores e colchões.

A Força de Intervenção Rápida (FIR), criada no ano passado com um efectivo de 180 homens, é disposta hoje de 40 operacionais. A unidade, considerada como o núcleo central de formação do país, não tem electricidade há já algum tempo e os seus serviços de manutenção deixaram de funcionar.

Consideradas durante 17 anos o braço armado do PAIGC, as Forças Armadas foram desparcializadas no ano passado, durante o II Congresso extraordinário do PAIGC. ■ José António Silva, em Bissau

o sentimento de que os julgam discriminados em relação às forças policiais e de segurança. Num reunião recente com as chefias militares, na base aérea de Bissalanza, o Presidente "Nino" Vieira — embora reconhecesse a necessidade de resolver os problemas, oferecendo melhores condições aos militares — foi muito severo com os jovens oficiais, chegando ao ponto de dizer que nada fazem e que estava arrependido de os ter colocado nos lugares de chefia em substituição dos antigos combatentes.

Na sua última edição, o semanário "Expresso de Bissau" referiu

o sentimento de que os julgam discriminados em relação às forças policiais e de segurança. Num reunião recente com as chefias militares, na base aérea de Bissalanza, o Presidente "Nino" Vieira — embora reconhecesse a necessidade de resolver os problemas, oferecendo melhores condições aos militares — foi muito severo com os jovens oficiais, chegando ao ponto de dizer que nada fazem e que estava arrependido de os ter colocado nos lugares de chefia em substituição dos antigos combatentes.

Na sua última edição, o semanário "Expresso de Bissau" referiu

o sentimento de que os julgam discriminados em relação às forças policiais e de segurança. Num reunião recente com as chefias militares, na base aérea de Bissalanza, o Presidente "Nino" Vieira — embora reconhecesse a necessidade de resolver os problemas, oferecendo melhores condições aos militares — foi muito severo com os jovens oficiais, chegando ao ponto de dizer que nada fazem e que estava arrependido de os ter colocado nos lugares de chefia em substituição dos antigos combatentes.

Na sua última edição, o semanário "Expresso de Bissau" referiu

o sentimento de que os julgam discriminados em relação às forças policiais e de segurança. Num reunião recente com as chefias militares, na base aérea de Bissalanza, o Presidente "Nino" Vieira — embora reconhecesse a necessidade de resolver os problemas, oferecendo melhores condições aos militares — foi muito severo com os jovens oficiais, chegando ao ponto de dizer que nada fazem e que estava arrependido de os ter colocado nos lugares de chefia em substituição dos antigos combatentes.

## Guiné-Bissau Ministro acusa oposição

O MINISTRO da Defesa da Guiné-Bissau responsabilizou ontem a oposição pela iniciativa da "Carta Aberta" que lhe foi dirigida por um grupo de militares pedindo salários em atraso e denunciando dificuldades nos quartéis.

Samba Lamine Mané reconheceu contudo a instabilidade que atingiu as Forças Armadas — desercções, incapacidade de abastecimento e problemas ligados com promoções. "Há problemas alimentares bastante sérios", referiu o ministro numa conferência de imprensa, considerando necessária a verba de que dispôs o seu Ministério.

Sobre a "Carta", disse que esta chegou tarde pois já haviam sido tomadas medidas para debelar a situação. Enunciou diplomas para aprovação já entregues ao Conselho de Ministros, com vista a introduzir amplas reformas nas Forças Armadas e uma verba a ser concedida pelas Finanças a fim de normalizar a operacionalidade e o funcionamento dos quartéis.

De acordo com Lamine Mané, as típicas medidas a serem tomadas contra os promotores da "Carta", são de carácter administrativo, mas, disse, "verificamos intenção política nos seus depoimentos, por isso, pedimos a oposição para que não se imiscua nas questões militares". O ministro garantiu que não foram feitas prisões e que os "autores da carta foram ouvidos e que agora estão a participar num "curso de metodologia".

Os militares fazem outra leitura da iniciativa. Os seguintes Sando Fati, chefe de

## ANC recusa conversações

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) decidiu ontem não retomar as negociações constitucionais com o Governo do Presidente Frederik de Klerk enquanto Prátria não tomar medidas apropriadas contra a oposição no país. A decisão consta de um comunicado ontem divulgado pela direcção do ANC após três dias de discussões a porta-fechada. O movimento negro afirma no documento, assinado por "representantes", que "as respostas do regime aos pedidos do ANC relativos às questões-chave de violência e da libertação dos presos políticos (socialistas negros) não foram satisfatórias". Quatro grupos ocorreram entre quarta-feira e sexta-feira de negociações nos quartéis e bases. A missão de CE enviada pelo ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Douglas Hurd, acompanhado pelo chefe de diplomacia dinamarquesa, Uffe Ellemose Jensen, e o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, chegou ontem à África do Sul para tentar desbloquear as conversações entre o ANC e o Governo. ■

## ANC responde ao Governo sul-africano

O DESTINO dos prisioneiros políticos e a violência nos bairros negros continuam a ser os principais obstáculos ao restabelecimento das conversações com o Governo do Presidente Frederik de Klerk, informou ontem o Congresso Nacional Africano (ANC) em comunicado. Esta posição é uma resposta à declaração do chefe dos negociadores governamentais, Roelf Meyer, na sexta-feira, segundo a qual a organização de Nelson Mandela segue uma política de "acção de massas, provocação e confrontação". "O Governo deve deixar de enganar o povo da África do Sul quando clama os progressos que têm sido feitos, porque só apresentou propostas, que foram consideradas inadequadas", afirmou o ANC. Este movimento disse também que o Governo está a tentar fazer depender a libertação de 400 prisioneiros políticos de uma amnistia para agentes governamentais "cujos crimes ainda nem foram revelados". O ANC referiu ainda que a recusa do Governo em proibir os militantes do grupo rival Zulu Inkatha de usar as suas perigosas armas tradicionais é outro obstáculo ao restabelecimento das conversações, interrompidas depois do massacre, em 17 de Junho, de 43 negros em Boipatong, próximo de Joanesburgo. ■

## Militares inquietos na Guiné-Bissau

UM GRUPO de 61 militares da Guiné-Bissau subscreeveu uma carta aberta ao ministro da Defesa, pedindo diálogo e solução para os problemas que atingem as Forças Armadas — o pagamento dos salários em atraso e o abastecimento normal dos produtos alimentares aos quartéis.

Os signatários sublinham o carácter pacífico da sua iniciativa, dizendo tratar-se de um pedido e não uma reivindicação, pois sabem que "as Forças Armadas não é uma instituição sindicalizada". Afirmam-se ainda conscientes de que uma insurreição militar significaria neste período delicado.

# CNA quer punição para autores de massacre

JORNAL DO BRASIL

quarta-feira, 9/9/92

**BISHO, África do Sul** — O presidente do Congresso Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela, pediu o afastamento imediato do brigadeiro Oupa Gqozo, líder do Ciskei, um dia depois que tropas desse bantustão (região autônoma negra) abriram fogo contra 60 mil manifestantes do CNA, matando 28 pessoas e ferindo quase 200. Houve protestos em várias regiões da África do Sul, com ativistas do CNA exigindo não só a saída de Gqozo mas também a de líderes de bantustões alinhados com Pretória.

Em Johannesburg, manifestantes exibiram cartazes exigindo que "todos os fantoches de De Klerk sejam afastados", numa referência aos homens-fortes dessas regiões autônomas colocados e mantidos no poder pelo governo da minoria branca. Mas Gqozo, que tomou o poder num golpe militar em 1990, garantiu que não vai renunciar e alegou que suas tropas agiram em legítima defesa.

Em conversa com os jornalistas, após depositar uma coroa de flores no local do massacre, Mandela definiu o banho de sangue como um grande obstáculo à retomada das negociações com o governo do presidente Frederick de Klerk mas, numa reação que muitos observadores acharam branda, apresentou quatro "propostas" a Pretória, em vez de "exigências", para voltar a negociar.

"Um clima de livre atividade política em todo o país, incluindo os bantustões, é uma importante condição para o retorno às negociações", afirmou o líder negro, que depois falou a 12 mil partidários do CNA num estádio em King Williams, perto da fronteira do Ciskei. Ele quer o afastamento de Gqozo e a imediata instalação de um governo provisório aceitável por todos os partidos, uma completa e independente investigação

sobre as causas do massacre, a abolição de uma lei do Ciskei que proíbe a livre atividade política e a retirada do bantustão de todos os agentes do serviço secreto sul-africano.

A matança de segunda-feira ocorreu quando cerca de 60 mil partidários do CNA, liderados por dirigentes do Partido Comunista Sul-Africano, tentaram marchar sobre Bisho, capital do Ciskei, para exigir a saída de Gqozo, homem-forte desse país negro, cuja independência só é reconhecida pela própria África do Sul. Quando a multidão atravessou uma barricada de arame farpado, as tropas do brigadeiro abriram fogo. "Foi absolutamente terrível", comentou um jornalista. "Para nós o culpado é o regime De Klerk", disse o secretário-geral do CNA, Cyril Ramaphosa. "Nossa reação a essa atrocidade não pode ser moderada."

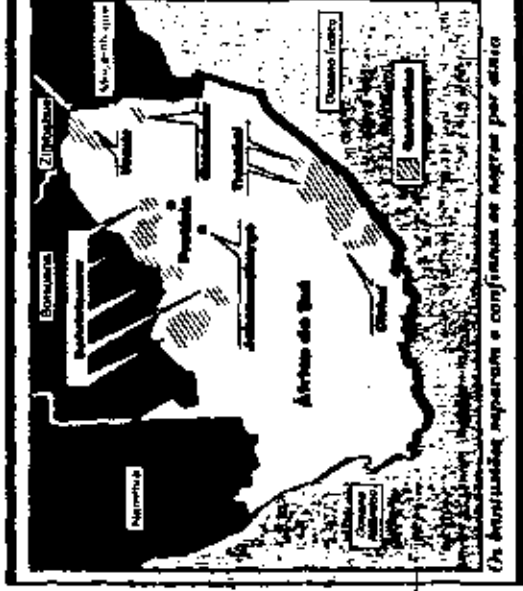
O ministro da Lei e da Ordem da África do Sul, Hennis Kriel, culpou o CNA, dizendo que o movimento "violou flagrantemente" a decisão de um tribunal sobre a manifestação. O governo de Ciskei havia proibido a marcha, mas um juiz do bantustão autorizou-a com a condição de que os manifestantes fossem para um estádio perto de Bisho e não entrassem na capital. O CNA não concordou com a restrição.

Gqozo, de 40 anos, que aproveitou uma ausência do presidente vitalício Lennox Sebe para derrubá-lo, inicialmente era visto pelo CNA como um abado, pois logo após o golpe ele anunciou que iria reintegrar o Ciskei à África do Sul. O movimento condena a criação dos bantustões como uma estratégia usada por Pretória para dividir os negros da África do Sul e agrupá-los em etnias controladas por governos fantoches.

relação de áreas públicas por zona de abolição em 1990. Em junho de 1991, criou-se uma lei que determinava que os negros podiam viver noutro que lhes permitia a posse de terra. Com isso, a lei que controlava a posse de terra sul-africano por negros, a que lhes impediu a democracia no país desde a saída da África do Sul do domínio do voto, que vários outros países tiveram as negociações entre o CNA e Pretória a um passo de chegar a um acordo entre quem os brancos como o fim de bantustões, a divisão do poder em negros, a formação de um governo de transição, o qual não pode governar a nova constituição, a data das primeiras eleições livres. Um dia depois do massacre, o CNA exigiu ao líder negro, que o CNA exigiu a saída de Gqozo e a imediata instalação de um governo provisório aceitável por todos os partidos, uma completa e independente investigação sobre as causas do massacre, a abolição de uma lei do Ciskei que proíbe a livre atividade política e a retirada do bantustão de todos os agentes do serviço secreto sul-africano.



**Áreas para confinar os negros**  
O CNA é um dos 10 bantustões criados por Pretória em 1960 como parte de uma estratégia de segregação racial hoje abandonada. A ideia era dividir por etnia os negros, para que não fossem capazes de unir-se para lutar por uma democracia. Os bantustões foram criados em áreas remotas e isoladas, com poucos recursos. A ideia era dividir por etnia os negros, para que não fossem capazes de unir-se para lutar por uma democracia. Os bantustões foram criados em áreas remotas e isoladas, com poucos recursos.



FOLHA DE S. PAULO Quarta-Feira, 9 de setembro de 1992  
**Chacina sul-africana**

O chocante massacre recente ocorrido no bantustão (território negro autônomo) de Ciskei, na África do Sul, é duplamente lamentável: o covarde espetáculo de selvageria não só deixou pelo menos 28 mortos e cerca de 200 feridos como também resultou em novas dificuldades para o processo de democratização racial daquele país.

Os bantustões foram criados pelo governo sul-africano nos anos 60 para criar nações separadas para brancos e negros. Estes seriam confinados a pequenas áreas sem recursos, que só Pretória reconhece como independentes, e os primeiros ficaram com a maior parte do país.

Apesar dos bantustões constituírem unidades artificiais extremamente pobres — dependem de verbas sul-africanas para sobrevi-

ver —, os "governos" de pelo menos três deles já declararam que não aceitam abrir mão da sua suposta autonomia. Para provar isso, o governador de Ciskei não hesitou mesmo em mandar sua polícia atirar contra manifestantes do Congresso Nacional Africano (CNA) — grupo negro que quer a reincorporação dos territórios.

Acusando o governo branco de passividade diante da violência entre negros, o CNA afirma agora que as negociações preparatórias para uma reforma constitucional estão definitivamente adiadas. Já não bastassem as divergências entre brancos e negros, e as não raras sangrentas rivalidades tribais, também a questão dos bantustões surge como obstáculo a ser superado na complexa transição para um governo efetivamente multirracial na África do Sul.

Os bantustões separaram e confinaram os negros por etnia.